

**ST 14 – ENTRE O INDIVÍDUO E A HISTÓRIA: DESAFIOS E
POSSIBILIDADES DA NARRATIVA BIOGRÁFICA NA
HISTORIOGRAFIA**

Nair de Teffé e a política na Primeira República (1910-1922): entre memórias e trajetória

Nair de Teffé and politics in the First Republic (1910-1922): between memories and trajectory

Bethânia Luisa Lessa Werner¹

Introdução

A luta pela possibilidade de ação das mulheres nos ambientes públicos – reservados principalmente aos homens – é, ainda hoje, um movimento constante e não linear. Paralelo a isso e associadas aos mesmos, estão as articulações políticas, das quais, historicamente, as mulheres foram afastadas. De todas as fronteiras já rompidas na historiografia, “a da política foi, em todos os países, a mais difícil de transpor”, pois, “como a política é o centro da decisão e do poder, era considerada o apanágio e o negócio dos homens” (PERROT, 2019, p. 151). Nesse sentido, visando estreitar as relações entre o feminino e a política e demonstrar a ação individual feminina nesses espaços, é que se encontra o presente trabalho.

A partir do estudo da trajetória de Nair de Teffé, bem como do conteúdo de suas memórias, buscamos apresentar de que maneira uma jovem, educada nos mais requintados estabelecimentos educacionais da França, posteriormente chega à posição de primeira dama do Brasil, participando, influenciando – e sendo influenciada – pelas redes em que se insere politicamente.

¹ Graduanda em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Contato: bethaniawerner@hotmail.com

Enquanto filha de uma família pertencente à elite aristocrática do período, Nair viveu cercada de privilégios em comparação com a maioria das mulheres do final do século XIX e início do XX, no Brasil. Nesse sentido, justamente por sua posição social, “caberia a ela ser o que a sociedade preconizava para as moças na época, ou seja, ser mais “educada” do que “instruída”.” (SILVA, SIMILI, 2011, p.123). Apesar disso, ela se destaca artisticamente através de suas caricaturas, fazendo sucesso até mesmo internacionalmente, revelando “aspectos diferentes dos padrões sociais e culturais preconizados aos segmentos femininos, visto que ela ousou em se tornar caricaturista” (SILVA, SIMILI, 2011, p. 124).

Seu pai, o Barão de Teffé, foi quem mais facilmente a inseriu nos ambientes políticos da época, devido a sua influência e amizade com homens públicos do período, destacadamente D. Pedro II. Mesmo com a queda da monarquia no final do século XIX, o Barão decide permanecer com sua família no exterior, sendo que foi “novamente acionado para representar os interesses do Brasil” (RODRIGUES, 2002, p. 25) pelo recém instalado regime republicano. Dessa forma, ainda que sua filha estivesse crescendo longe do Brasil, o Barão a introduz no ambiente diplomático da época “na homenagem que foi feita à independência do Brasil, no dia 07 de setembro de 1893” (RODRIGUES, 2002, p. 25). Ou seja, as aproximações da jovem com o ambiente político foram inicialmente promovidas por seu pai, destacando a importância do capital social familiar que a mesma possuía. Ao retornar para o Brasil em 1905 a família Teffé novamente estabelece residência no Rio de Janeiro, na cidade de Petrópolis. A partir desse momento é que a jovem Nair “passaria a ser

figura de raro prestígio na alta sociedade brasileira e inconfundível personalidade intelectual de relevo nos meios artísticos do Brasil” (SANTOS, 1999, p. 26). Ou seja, sua posição social novamente lhe favoreceu a ocupação de espaços que à maioria das mulheres, eram restritos.

Nesse sentido, a partir da aproximação do Barão com o então Ministro da Guerra de Afonso Pena, Hermes da Fonseca – que posteriormente virá a ser Presidente da República – é que as relações entre Nair e a política do período vão sendo estreitadas. Enquanto um grande amigo do Barão, o Marechal Hermes da Fonseca já havia estabelecido contatos com a família Teffé, inclusive tendo um dos irmãos de Nair, Alvaro, enquanto Secretário da Presidência da República, durante seu mandato (FONSECA, 1974). Contudo, é em 1913, após a morte de sua primeira esposa, Orsina da Fonseca, que o Marechal decide pedir Nair em casamento, contrariando todas as convenções sociais do período, que lhe previam a longa vivência do luto. Ainda que alheia à ideia do casamento tão cedo em sua vida, Nair não recusou a proposta de Hermes e, apesar das iniciais oposições familiares em relação ao casamento de ambos, o fato consumou-se em dezembro de 1913. Tal acontecimento foi duramente criticado² pela oposição da época, sendo “motivo de

² O luxo e os gastos dedicados ao casamento também foram alvo de críticas na imprensa, como no trecho veiculado pela edição de 6 de dezembro de 1913 do jornal *A Epoca* (RJ) que comentava: “Isso é tanto mais para estranhar quando se sabe que o paiz atravessa uma crise agudissima e o povo luta com as maiores dificuldades pra viver. Como, pois, admitir-se que o chefe do governo, num regimen democratico, venha afrontar a miseria do povo, cercado de um fausto que, com os proprios recursos, não pode sustentar?” (*A Epoca*, Rio de Janeiro, 06 de dezembro de 1913, p. 1).

muita crítica por parte da imprensa conservadora e dos inimigos políticos, a começar por Rui Barbosa [...]” (CHAGAS, 2016, p. 61).

A partir de então, sua relação com a política e a publicidade de suas ações tomaram outras proporções. Nesse momento, realizado o casamento, Nair é inserida “no mundo das mulheres casadas, prescrevendo-lhe condutas, comportamentos, atitudes e posturas” (GALETTI, SIMILI, 2013, p. 132). Logo, em suas memórias, objeto de análise da presente pesquisa, é justamente em torno do casamento e de sua vida – pública e privada – com o Marechal, que Nair centra grande parte de sua narrativa, como veremos a seguir.

Escrita feminina: as memórias de Nair de Teffé

Em suas memórias, reunidas no livro intitulado *A Verdade sobre a Revolução de 22* (1974), Nair apresenta inúmeros momentos de sua vida antes, durante e após o casamento com Hermes. A análise do conteúdo de suas memórias requer a “construção de certo percurso de vida marcado por tensões entre tradição e ação individual” (SILVA, SIMILI, 2011, p. 122), ou seja, enquanto um relato autobiográfico, tal conteúdo deve ser encarado enquanto pertencente a um contexto histórico específico e interpretado do mesmo modo, considerando o espelhamento de costumes, morais e estigmas sociais do período. Ainda em relação à análise do conteúdo, importa salientar que “os modos de registro das mulheres estão ligados à sua condição, ao seu lugar na família e na sociedade” (PERROT, 1989, p. 15), fazendo com que as memórias femininas estejam mais comumente relacionadas aos aspectos da vida cotidiana familiar. Por conta disso, considerando a sua realidade

enquanto primeira dama durante parte do período presidencial de Hermes, Nair apresenta em suas lembranças inúmeros momentos em que a vida privada de ambos relacionava-se, conseqüentemente, à vida pública e política.

A partir disso, portanto, é possível perceber suas ações e influências também no âmbito da política nacional. Ainda que em vários momentos suas ações estivessem acontecendo como se “nos bastidores” das movimentações públicas, é inegável que sua influência esteve presente e foi sentida, inclusive pela oposição, durante o mandato de Hermes da Fonseca na presidência. Um exemplo dessa atuação se dá quando, durante a organização de um Cerimonial a ser promovido, Nair veta algumas pessoas da lista de convidados – sendo aqueles que, segundo suas percepções, seriam inimigos do casal ou críticos ao governo de Hermes (FONSECA, 1974, p. 90). Ou seja, ainda que suas atuações estivessem condicionadas ao fato de ser mulher, dever suposta submissão ao marido e estar orientada pelas regras sociais do período, Nair ainda assim expressa suas opiniões a partir de sutis atitudes que a constroem enquanto agente política e a maior defensora do governo do marido.

Por conta disso, a oposição ao governo do Marechal – fortemente lembrada por ela na figura de Rui Barbosa – também se tornou sua, fato especialmente ilustrado quando há o episódio da Noite do Corta Jaca quando, “quebrando protocolos e convenções, acompanhada por Catulo da Paixão Cearense, executou ela mesma, ao violão, o “Corta-Jaca” de Chiquinha Gonzaga” (CHAGAS, 2016, p. 63). O movimento de entrada da música popular brasileira, e de aspectos que eram

considerados boêmios para o período, nos mais exclusivos espaços da elite da época foi duramente criticado e levado até às sessões do Senado por Rui Barbosa que “não poupou palavras para criticar o presidente e a atitude da primeira dama” (SILVA, SIMILI, 2011, p. 129). Ou seja, ainda que em vários momentos Nair tivesse seu protagonismo político relegado aos bastidores da vida pública, centrando grande parte de sua narrativa sobre fatos que envolveram a figura do marido, seu lugar e condições sociais a proporcionaram interações privilegiadas para uma mulher naquele período. Nesse sentido, em suas memórias, a prioridade aparece relacionada às lembranças que envolvem Hermes, aspecto que dialoga com a concepção da construção de uma memória profundamente sexuada a partir da relação com o tempo e o espaço, proposto por Perrot (1989, p. 18).

Logo, tal aspecto permite a elaboração da hipótese de construção de si mesma a partir da figura política do Marechal, como comenta Garcia (2003, p. 18) quando destaca que: “o narrador, ao escrever suas memórias através do discurso autobiográfico, cria seu duplo, a representação de si no passado vivido, imaginado, recriando o que existiu apenas para ele”. Nesse sentido, portanto, Hermes é construído na narrativa de Nair enquanto alguém em quem ela se espelha, e consequentemente se percebe, e por quem nutre profundo amor, como demonstra ao final de sua escrita: “Fora anistiado por Deus, levando no peito a minha fotografia, cuja dedicatória tem sido a síntese de minha vida: Com o amor de Nair” (FONSECA, 1974, p. 118).

Considerações parciais finais

Dessa forma, ainda partindo da fase inicial dessa pesquisa, apresentamos algumas considerações parciais finais, visto que além da análise da trajetória e do conteúdo das memórias de Nair de Teffé, o presente trabalho também lança mão de buscas na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional-RJ, as quais ainda estão em processo de realização e, no caso dessa comunicação, não foram objeto principal. Voltado para a compreensão e análise de sua escrita autobiográfica, nesse texto buscamos elucidar brevemente algumas das diferentes formas de participação política de Nair de Teffé enquanto uma mulher de elite e, por isso inserida em ambientes mais restritos à época, na política da Primeira República. Apesar da narrativa de Nair centrar-se em grande medida na figura do Marechal, fazendo com que sua própria trajetória fique em alguns momentos secundarizada, tal escolha narrativa também nos diz algo sobre suas percepções de si, tanto durante o período em que escreve (nos anos 1970) quanto sobre o período ao qual remete as suas lembranças (até 1923). Portanto, a partir dessa breve exposição, retomamos a importância da análise historiográfica centrada na construção dos espaços políticos e nas ações de seus agentes, visando incorporar cada vez mais as mulheres como protagonistas nesse processo para que suas vozes sejam ainda mais ecoadas.

Fontes

BRASIL, Biblioteca Digital Nacional. *A Epoca*, Rio de Janeiro, 06 de dezembro de 1913, p. 1. Hemeroteca Digital, Rio de Janeiro – RJ, 2021.

FONSECA, Nair de Teffé Hermes da. *A Verdade sobre a Revolução de 22*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Gráfica Portinho Cavalcanti LTDA, 1974.

Referências

- CHAGAS, Mario. Nair de Teffé: uma mulher entre a arte e a política. In: ASSIS, Maria Elisabete Arruda de. SANTOS, Taís Valente dos. *Memória Feminina: Mulheres na História – História de Mulheres*. Editora Massangana: Recife, 2016, p. 58-65.
- GALETTI, Camila Hildebrand. SIMILI, Ivana Guilherme. Mulheres, casamento e política: a artista e primeira dama Nair de Teffé. *Cad. Pesq. CDHIS*, Uberlândia, v.26, n.1, p. 129-151, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/view/19595/13508> Acesso em: 23/10/2021.
- GARCIA, Celina Fontenele. O papel da memória na escrita autobiográfica. *Rev. de Letras*, nº 25, vol. 1-2, p. 15-24, jan./dez. 2003. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revletras/article/view/2235/1705> Acesso em: 23/10/2021.
- PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2019.
- PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. *Revista Brasileira de História*, vol. 9, nº 18, p. 9-18, 1989. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/342175226/PERROT-Michelle-Praticas-Da-Memoria-Feminina> Acesso em: 23/10/2021.
- SANTOS, Paulo César dos. *Nair de Teffé: símbolo de uma época*. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Semiograf, 1999.
- SILVA, Ivanete Paschoalotto. SIMILI, Ivana Guilherme. Nair de Teffé: uma narrativa biográfica para as mulheres dos séculos XIX e XX. *Diálogos & Saberes*. Mandaguari, v. 7, n. 1, p. 121-134, 2011. Disponível em: <http://seer.fafiman.br/index.php/dialogosesaberes/article/view/295/287> Acesso em: 23/10/2021.
- RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. *Nair de Teffé: Vidas Cruzadas*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2002.

“A casa de papel”: possibilidades e desafios de estudo através da correspondência de Manoel Luís Osório

“The paper house”: possibilities and challenges of study through the correspondence
of Manoel Luís Osório

Guilherme de Mattos Gründling¹

Introdução

Em 2016, tive a oportunidade de conhecer os documentos que compõem o acervo de Manoel Luís Osório (general Osório) do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Naquele ano, iniciava a escrita de meu projeto de Mestrado, cujo objetivo era pensar na relação de sociabilidade constituída entre José Antônio Corrêa da Câmara (2º visconde de Pelotas) e Manoel Luís Osório (marquês do Herval), sobretudo, na segunda metade do século XIX. Portanto, tinha um objetivo bastante circunscrito: a busca pela troca de correspondência entre esses dois militares e políticos nascidos na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Todavia, a riqueza daquele conjunto documental, em sua totalidade, não passou despercebida.

Tratava-se de um grandioso arquivo pessoal, dividido em dois acervos: o Arquivo General Osório e a Coleção General Osório. Os dois acervos reúnem grande volume de cartas, telegramas, bilhetes, procurações, excertos de jornais, bilhetes, minutas de correspondência, entre outros documentos relacionados a Manoel Luís

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPHR-UFRRJ). Bolsista da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal e de Nível Superior (CAPES). Contato: gui_dec21@hotmail.com

Osório e a integrantes de sua família. Longe de ser uma documentação inédita entre pesquisas e pesquisadores acadêmicos e não acadêmicos, porém, chamou atenção as raras informações acerca da constituição do acervo.

Afinal, como esse grandioso conjunto documental foi incorporado ao acervo do IHGB? Quando isso ocorreu? A quem pertencia essa documentação? Antes de começar a responder essas questões, vale mencionar que a pretensão deste resumo expandido é bastante específica: identificar possibilidades e desafios da pesquisa no arquivo pessoal de Manoel Luís Osório (IHGB). Assim sendo, para organizar a leitura, pensou-se na divisão do texto em quatro subtítulos: *Introdução; O que é afinal um arquivo pessoal?; A doação do acervo pessoal; fontes, memórias e pesquisa histórica; considerações finais.*

O que é afinal um arquivo pessoal?

Para iniciar, são sempre fundamentais algumas definições. Um arquivo nada mais é que uma entidade organizadora que se dispõe a armazenar e a zelar por um conjunto de séries documentais, que podem ter origem de uma ou mais entidades. Um arquivo pessoal pode ser compreendido como um conjunto de documentos, de vestígios e de fragmentos que são produzidos, preservados e armazenados ao longo do tempo, sobre diferentes perspectivas de uma vida. Em grande parte, estão relacionados a aspectos do cotidiano, da família, das relações sociais, profissionais e/ou interpessoais. (SILVA, 2017, p.7-8)

O principal ponto de reflexão é sobre a razão da organização ou da criação de um arquivo. Por exemplo, a criação dos primeiros Arquivos Nacionais, tinham como

fundamento a preservação e a instituição da memória de uma nação. Ou seja, os grandes arquivos europeus nasceram com uma motivação definida e sob a ótica de fortalecimento dos Estados-Nações. O propósito era instituir uma memória dedicada à nação. (BARROS, 2019, p.128-129)

Em grande parte, construídos durante o século XIX, esses arquivos contaram com a participação de historiadores que foram empregados com o intuito de organizar os acervos. No Brasil, o Arquivo Nacional foi fundado em 1838, apenas trinta anos após o desembarque da família Real portuguesa em território brasileiro. No período, chamava-se Arquivo Público do Império. Ainda hoje, um simples passar de olhos nos acervos do Arquivo Nacional, servem para confirmar essas observações supracitadas. Ou seja, a presença de grande acervo de documentos que remetem à administração imperial. (BARROS, 2019, p.133-134)

Nesse sentido, é importante compreender que a construção e a organização dos Arquivos Nacionais, foram acompanhadas de um número maior de publicações sobre a memória nacional. Ou seja, a organização dos documentos em tais acervos contribuiu com o aumento da produção de determinado texto historiográfico. Portanto, se por um acaso o século XIX privilegiou a elaboração de uma tradicional História Pública, que depois seria muito criticada pelos historiadores mais modernos. Este mesmo século, consolidou em seus arquivos uma documentação que seria indispensável para algumas das principais modalidades historiográficas que começaram a se destacar no século XX. (BARROS, 2019, p.140)

Por outro lado, os arquivos pessoais de suporte textual, como diários, cartas e correspondência. Formas narrativas também conhecidas por escritas de si, já são analisadas pela historiografia há certo tempo. Em especial, como fonte de informação. E, mais recentemente, como forma de compreender aspectos relacionais, elementos íntimos e dinâmicas que fazem parte do cotidiano dos indivíduos em sociedade. Sempre interessante ressaltar que, se os arquivos institucionais armazenam dados oficiais, definidos por certas normativas. As séries pessoais seguem modelos de preservação e de organização, muitas vezes, marcados pela livre escolha de seu produtor.

Assim sendo, os arquivos pessoais exibem características únicas. Em países de língua inglesa, onde as análises historiográficas já são feitas há mais tempo, são esses arquivos conhecidos como: “personal papers”.

Os arquivos pessoais são reconhecidos como arquivos a partir do momento que se caracterizam enquanto um conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma pessoa no decorrer das atividades desempenhadas durante sua vida, testemunhando-as. Para reconhecê-los como arquivo, é preciso recorrer à teoria arquivística, desenvolvida para os arquivos institucionais, que os considera constitutivos de documentos produzidos ou acumulados por uma instituição no desempenho de suas atividades. Este conjunto de documentos é preservado por seu valor de prova, fiscal ou legal, em um primeiro momento, e por outros valores que podem ser adquiridos e reconhecidos com o passar do tempo, tais como de testemunho, histórico, científico, cultural, educativo etc. A teoria arquivística foi estabelecida para os arquivos institucionais, observando-se a lógica de acumulação, bem como a produção em série de documentos em decorrência das funções e atividades institucionais. (SILVA, 2013, p.180)

Assim como qualquer outro arquivo ou instituição de guarda documental, privada ou pública, as razões que levam a preservação de documentos pessoais, também possuem intenções definidas. Talvez uma das principais seja não perder autonomia sobre a memória de vida. A mesma explicação vale para a criação dos arquivos pessoais. Para Maria Celina Soares de Mello e Silva, em *Reflexões sobre os arquivos pessoais e os desafios para os arquivistas*, os arquivos pessoais que são doados às instituições de memória:

[...]em geral, são produzidos entre os Séculos XIX e XX. Os anteriores a esse período são raros, pois a preservação de documentos por séculos dentro da família está reservada às mais tradicionais ou a pessoas importantes e de destaque na sociedade. Mas as famílias costumam se desfazer dos documentos em busca de espaço. É mais comum observar que somente figuras proeminentes na história têm seus documentos preservados e que podem ir parar em instituições de preservação de acervos. Assim, acabam chegando acervos em papel, e ainda fotografias, mapas e plantas, negativos, dispositivos, discos etc. (SILVA, 2017, p.9)

Como mencionado no trecho acima, vale destacar que documentos de figuras “proeminentes na história” tiveram privilégios na preservação de seus vestígios. Em grande parte, os responsáveis pela constituição e pela preservação de tais conjuntos documentais eram as próprias famílias. Por essa razão, a capacidade de preservação do acervo por parte das famílias oitocentistas, também pode ser visto como certo símbolo de distinção e de prestígio social, político e econômico. Afinal, fragmentos de certos grupos de indivíduos do passado foram preservados em detrimento de outros grupos.

O perfil social dos indivíduos, os padrões de gênero e o posicionamento econômico-político foram fatores determinantes na preservação de dados. O conjunto de fontes encontradas até o momento pela presente pesquisa, sugerem que Manoel Luís Osório, durante a maior parte da vida, ocupou locais privilegiados na sociedade oitocentista. Pelo volume de fontes encontradas, disponíveis em acesso online, somado às fontes que estão espalhadas em outros arquivos e em instituições de memória, sugerem que houve preocupação da família e de outros grupos de indivíduos com quem se relacionou, em preservar o passado de Manoel Luís Osório.

Entretanto, é importante salientar que nem sempre todos os dados e todas as informações são preservadas. Não são poucos os casos, e ainda atualmente isso ocorre, de famílias que não liberaram documentos constrangedores de indivíduos cuja trajetória foi pública. No caso da família de Manoel Luís Osório, o que se sabe é que os documentos pessoais foram doados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A fundação do IHGB, à exemplo do Arquivo Nacional, também ocorreu durante o ano de 1838. A partir de então, construiu-se como a instituição oficial de produção da memória nacional durante o oitocentos. (GUIMARÃES, 1988, p.5-27)

Até o presente instante, procurou-se introduzir alguns pontos mais gerais sobre os arquivos e instituições de memória. No próximo subtítulo, o intuito é definir como se deu o processo de doação do arquivo pessoal de Manoel Luís Osório ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

A doação do acervo pessoal: pesquisa histórica, fontes e memórias

O processo de doação do acervo pessoal de Manoel Luís Osório, o *Arquivo General Osório* e a *Coleção General Osório* – “a casa de papel” – segue pouco difundido. Os seus registros históricos permaneceram durante longo tempo sob posse de sua família. Já haviam mais de 35 anos da morte de Manoel Luís, quando começaram as negociações entre os sócios do IHGB e a família Osório. Tal inferência somente foi possível depois de encontrar documentação sobre o processo de doação do acervo, disperso entre os demais documentos do *Arquivo General Osório*. (Fonte: *Arquivo General Osório* (IHGB). Série: Documentos Pessoais. Ata do dia 02 de dezembro de 1916, Rio de Janeiro (RJ). Notação Final: DL225.030)

Na análise dessa documentação ficou demonstrado que as tratativas ocorreram entre os anos de 1914-1916. Na ocasião a família foi representada por Manoela Luísa Osório Mascarenhas (filha de Manoel Luís), a quem os sócios endereçavam correspondência. No campo da memória, preservar os vestígios de algo ou de alguém, talvez seja o primeiro passo para um projeto memorial.

Diante desse cenário, vale destacar que a doação do acervo documental pela família Osório, coincidência ou não, somente ocorreu após a publicação de dois volumes do livro biográfico *História do General Osório*. Os dois escritos por seus herdeiros e ambos os livros dedicados a eternizar os feitos “heroicos” de Manoel Luís. O primeiro volume foi publicado em 1894, de autoria de Fernando Luís Osório, filho primogênito do biografado. O segundo volume, publicado em 1915, teve autoria compartilhada entre Joaquim Luís Osório e Fernando Luís Osório filho (netos do biografado, filhos de Fernando Luís).

Assim sendo, tornou-se nítida a associação entre a preservação de documentos pertencentes a Manoel Luís Osório e os projetos de construção de sua memória. A biografia do general Osório, ao que tudo indica, mesmo antes de sua morte serviu como alicerce de projetos políticos. De fato, essa história passou por algumas redefinições. Com o tempo, foram adicionadas outras camadas de sentido à sua memória.

Ao longo da década de 1870, especialmente após o fim da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) – portanto, anos finais da vida de Manoel Luís Osório – diferentes grupos discutiram a criação de representações de sua imagem. Os projetos tinham como ideia central a representação da memória desse personagem como “herói nacional” e como símbolo de “bravura do Exército brasileiro. Sua representação, no entanto, teve de aguardar os seus últimos anos de vida. Isso aconteceu, porque diferentemente das pessoas que o cercavam, Osório não demonstrava apreço algum por sua representação biográfica.

Ainda nas páginas iniciais do primeiro volume da biografia escrita sobre o pai, Fernando Luís expõe um diálogo, o qual Manoel Luís Osório desdenhava de sua representação através da narrativa biográfica. Dizia ser: sem “utilidade alguma”. E, em tom de desabafo, afirmava: “a pátria precisando dos meus serviços, se utilizasse deles, isso compreendo eu; mas, que depois de havê-los feito, eu próprio os escreva! Para que digam que fiz alarde do bem que pratiquei? Julgas que não me acusariam de vaidoso?” (Osório, 1894, p.12)

De fato, é importante relativizar as negativas e as incógnitas oferecidas por Manoel Luís no trecho acima. Em contrapartida, é possível imaginar que não eram poucos os entusiastas de suas homenagens e que aquilo poderia o incomodar. Afinal, era ele um dos principais líderes militares do Império, havia atuado em diferentes conflitos e acumulado diversas condecorações. A sua projeção no cenário político imperial aconteceu, sobretudo, após a farroupilha (1835-1845). No episódio, atuou ao lado das forças imperiais, negociando estratégias entre autoridades locais, regionais e nacionais.

No entanto, o evento que teve maior destaque durante a sua carreira militar foi, sem dúvidas, o conflito em terras paraguaias. Após esse conflito atingiu posto de marechal de campo do Exército, o topo da hierarquia militar. Além disso, também foi condecorado com os títulos de barão, visconde e marquês do Herval, ainda durante o conflito. Com o fim da guerra, passou a dedicar maiores esforços à política institucional. Foi então que, após a insistência de seus correligionários do Partido Liberal Histórico, candidatou-se ao senado nas eleições de 1877. Eleito, seguiu rumo à Corte, no Rio de Janeiro, onde permaneceu até o fim de sua vida. E, em 1878m também assumiu a pasta do Ministério da Guerra.

Diante desse cenário, concluiu-se que as ressalvas oferecidas por Manoel Luís Osório acerca dos projetos biográficos em sua homenagem – sinceras ou não – serviram para acomodar os ímpetos de seus adutores. A única narrativa biográfica publicada sobre Osório ainda em vida, data de 1877. Era na verdade uma homenagem oferecida por ter assumido a cadeira no senado. O texto, de autoria de Juvêncio

Tomaz de Aquino intitulava-se *Homenagem ao bravo dos bravos, ao invicto General Osório*.

No mesmo ano de sua morte, em 1879, outras duas narrativas biográficas foram publicadas. Novamente, o objetivo era lançar notas biográficas em homenagem ao general. Aqui me refiro ao texto de Barão Homem de Mello, *Notas históricas sobre o General Osório*. E, também, ao texto de Luís Francisco da Veiga, *Elogio histórico do general Manoel Luís Osório, marquês do Herval*. Ambos os textos determinados por uma resolução do próprio IHGB e publicados pela revista da mesma instituição.

Considerações finais

No decorrer do presente resumo expandido, procurou-se apresentar um breve esboço das primeiras impressões e dos primeiros sentidos explicativos acerca do arquivo pessoal de Manoel Luís Osório. O acervo foi doado ao IHGB ao menos três décadas depois de sua morte. Com isso percebeu-se que a preservação de documentos, primeiramente pela família e depois pelo IHGB, atenderam aos anseios de produção e de institucionalização de uma memória sobre Manoel Luís Osório.

Os documentos de Manoel Luís Osório, atualmente sob guarda do IHGB, é um grandioso acervo documental, dividido em dois grupos: a Coleção General Osório e o Arquivo General Osório. Juntos reúnem milhares de documentos que pertenceram à dinâmica de relacionamentos, constituídas por ele e por sua família, ao longo do século XIX. O grande volume de fontes textuais presentes nesses arquivos citados ofereceu a analogia do título desta comunicação: *“A casa de papel”: possibilidades e desafios de estudo através das correspondências de Manoel Luís Osório*.

Referências

BARROS, José D'Assunção. *Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2019.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 1988, p.5-27. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1935> Acesso em: 10 nov. 2021.

OSÓRIO, Fernando Luís. *História do General Osório*. Rio de Janeiro: Tipografia de G. Leuzinger & Filhos, 1º volume, 1894.

OSÓRIO, Luís Joaquim e OSÓRIO, Fernando Luís filho. *História do General Osório*. Pelotas: Tipografia do Diário Popular, 2º volume, 1915.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello. Os arquivos pessoais como fonte – reconhecendo os tipos documentais. IN: GRANATO, Marcus (Org.). *Museologia e Patrimônio*. Rio de Janeiro: Editora Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2015, p.344.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello. *Presentación*: Os arquivos pessoais e os desafios para os arquivistas. In: GARCIA, Noelia; SILVA, Maria Celina Soares de Mello (Orgs.). *Archivos personales: experiencias de organización y gestión*. Córdoba: Editora Redes, 2017, p.7-12.

Gilka Machado, uma poetisa negra e sufragista: agregando o conceito de interseccionalidade aos estudos de história e literatura

Gilka Machado, a black poet and suffragist: adding the concept of intersectionality to the studies of History and Literature

Isabela Silva Nóbrega¹

A trajetória de Gilka Machado e sua produção literária estiveram circunscritas pelos signos do interdito, da imoralidade e do racismo, mesmo assim ela ousou viver e narrar novas formas de ser. O itinerário percorrido pela poetisa carioca aqui focalizada é sublinhado pelo desprezo da elite intelectual, pelo preconceito racial e pela pobreza. Os literatos da época, impregnados com forte ranço escravista, ao apreciar sua obra, escandalizaram-se e ajuizaram-na sob a ótica racista e sexista. Neste sentido, é preciso racializar as relações sociais e de gênero nas quais Gilka Machado estava imersa como escritora de literatura erótica, mulher negra, heterossexual e cis gênero. Os seus influxos, suas contradições e suas tensões são atravessadas por opressões de gênero, raça e classe. Foram acentuados por ela ser uma mulher que, no contexto pós-abolicionista, produzia uma escrita erótica e feminista. Esses marcadores de diferença/exclusão atuaram diretamente em detrimento de seu lugar social e faziam parte dos mecanismos que reforçaram a hierarquia social.

¹ Doutoranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Contato: nobrebela@yahoo.com.br.

O objetivo desse trabalho é compreender como a escrita de Gilka Machado está vinculada a uma crítica política à sociedade patriarcal e ao modelo ideal de mulher, exercendo um papel fundamental na propagação dos ideais do movimento sufragista. Para tanto, com análise perpassada pelos debates da *interseccionalidade*, analisarei alguns de seus textos tentando entender o que significa ser uma intelectual negra no contexto em que ela viveu. Diante disto, é necessário tecer algumas considerações a respeito do conceito de *Intelectual*.

Na interpretação de Sirinelli (2003, pp. 242-243), a definição de intelectual enfatiza duas acepções “uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e mediadores culturais, e a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento”. A noção de intelectual possui um caráter polissêmico e se reposiciona através da relação entre pesquisador(a) e objeto. Por seus contornos fluídos, em cada momento histórico ela produz novas perspectivas de interpretação². À vista disso, entendo que o conceito não reconhece o “impacto do gênero nem discute o modo como as ideias sexistas de papéis masculino/femininos são fatores que informam e moldam tanto nosso senso do que é ou pode ser a intelectual negra quanto sua relação com um mundo de ideias que transcende as produções individuais” (hooks, 1995, p. 466).

Empregarei o termo *Intelectual* definido por bell hooks (1995), que, fugindo de uma perspectiva ocidental, indica que o conceito se refere a “alguém que lida com ideias transgredindo fronteiras discursivas porque ele ou ela vê a necessidade de

² Para um debate mais amplo sobre a noção de intelectual e a dificuldade em estabelecer uma definição rígida ver: SIRINELLI (2003), GOMES (2004) E GOMES e HANSEN (2016).

fazê-lo. [...] é alguém que lida com ideias em sua vital relação com uma cultura política mais ampla”. A noção de intelectual “se baseia na suposição de uma qualidade de abertura crítica que permita a transgressão [...] pensadores criativos, exploradores no domínio das ideias, que possam ir até os limites e além seguindo as ideias em qualquer direção que tomem” (hooks, 1995, p. 468). A teórica feminista negra aponta a importância de ressignificar a noção de intelectual a partir da perspectiva interseccional, pois “dentro do patriarcado capitalista com supremacia branca toda a cultura atua para negar às mulheres a oportunidade de seguir uma vida da mente, torna o domínio intelectual um lugar interdito”. Ou seja:

A política do patriarcado torna a situação dos intelectuais negros diferente da das negras. Embora eles enfrentem o racismo não enfrentam os preconceitos de gênero. E como já se disse como são encarados como membros legítimos de uma tradição intelectual estabelecida seu trabalho é menos suspeito e muitas vezes mais recompensado que o das negras (hooks, 1995, p. 475).

Com a utilização deste conceito de intelectual pretendo inserir Gilka Machado numa perspectiva interseccional, na categoria de intelectual negra, para expor o cruzamento das opressões no meio letrado. Com isso, busco qualificá-la enquanto *Intelectual*, rompendo com a ideia de que ela representava um perfil de intelectual diametralmente oposto às intelectuais escritoras de sua época. Dessa forma, reconhecendo-a como uma intelectual que tinha como proposta central a compreensão das políticas de gênero e como tarefa política desafiar o pensamento racista e sexista e incentivar as mulheres à instrução para a libertação do “ser mulher”.

Ao observar as principais fotografias publicadas nos periódicos da época, é difícil identificar uma autoafirmação enquanto negra por meio de análise da imagem.

Porém, promovendo o cruzamento de algumas delas com outras fontes podemos desnudar aspectos étnico-raciais da autora. Quando associamos as imagens e textos de críticos da época percebemos como Gilka foi descrita, falada pelo olhar do outro como “mulata”, mulher negra e pobre.



Figura 1: Corpo editorial da Revista A Faceira (1913, p. 3) Figura 2: Caricatura O Malho (1933, p. 21)

As imagens acima foram publicadas na revista *A Faceira* e na revista *O Malho*, respectivamente. Em 1913, *A Faceira*, veio à público comunicar que tem como redatora uma das melhores beletistas modernas, Gilka Machado. O editorial contava também com colaboradoras “representantes intelectuais da nossa sociedade culta”. A mudança da composição da revista se justifica pela disposição do seu programa estar destinado ao desenvolvimento de “questões feministas, dirigida e redactoriada pelo sexo culto”³. Nesta edição de apresentação do editorial feminino é publicada uma foto dessas intelectuais. Ao centro da fotografia aparece Gilka Machado ladeada pelas outras colaboradoras, nela fica evidente a diferença de cor e vestimentas da poetisa em relação às outras mulheres. Já em 1933, durante o processo de seleção da “maior poetisa do Brasil” que a revista *O Malho* promoveu, é publicada uma caricatura da

³ Revista A Faceira, ano III nº 27, outubro e novembro de 1913, p. 3.

poetisa. Vale ressaltar que ao longo do concurso várias outras escritoras foram caricaturadas, no entanto, a única que aparece “pintada” é Gilka Machado.

A crítica de Antonio Torres, em 25 de maio de 1916, que, escrevendo para o jornal *Gazeta de Notícias*, atesta o cruzamento de opressões que pesam sobre a figura e as narrativas de Gilka Machado. Ele afirma que é “impossível conciliar o espírito das senhoras de bôa sociedade com o de uma poetisa [...] que tem o mau gosto de escrever cousas plebéas”, que conserva um tom “anarchista que recorda a irrespirável graveolência das alfurjas e ghettos das cidades malditas” e sua narrativa é “impropria de uma poetisa, de uma artista que tem o dever de ser aristocrata de ideias, quando não o possa ser pelo sangue ou pela situação social”⁴.

O comentário de Lindolfo Gomes, em 1919, quando da publicação de *Estados de Alma*, dirigido a Humberto de Campos, também evidencia marcadores de exclusão. Dal Farra (2015, p. 121), ao analisar o diálogo, infere que, para Lindolfo Gomes, Gilka Machado “padeceria ‘da tara da família’, muito embora fosse menos ‘vítima’ do ‘sangue familiar’ que da ascendência do marido. Este a obrigaria a escrever ‘aqueles versos escandalosos’, só para tirar disso [sic] ‘proveito de empregos e de relações’...”.

As fotos da Gilka Machado podem ter sido embranquecidas à época, o uso excessivo de maquiagem para parecer em público pode ter sido frequente (MOTT, 1989; MOREIRA, 2016), mas os textos de seus críticos são contundentes ao apontá-la como mulata. Os homens das letras no início do século XX não pouparam esforços

⁴ *Gazeta de Notícias*, 21 de maio de 1916, p. 2. Grifos meus.

em responsabilizá-la pela "perdição" de muitas moças, devido a seus versos conterem "excesso de sensualismo".

Gilka Machado (1893-1980) publicou textos que tratavam, direta e indiretamente, dos mais diversos temas relacionados à vida social como direitos civis e políticos das mulheres. Escrevendo poesia erótica, ela provocou a sociedade de seu tempo, e enfrentou seus contemporâneos ao continuar produzindo uma literatura "escandalosa" que afrontava a moral sexual patriarcal e cristã. Em 05 de março de 1917, a *Gazeta de Notícias*, "sempre tão melindrosa, e de tão vibráteis escrúpulos de sensibilidade moral", anuncia uma retratação por ter publicado dois poemas de Gilka Machado, "duas paginas de Sapho, por sinal bastante impudicas". No texto, o desagravo justifica-se por ter "a brilhante e desabusada poetisa brasileira", com seu "excesso de sensualismo", ferido o "código" e "atentado visivelmente contra a moral literaria"⁵. O poema em questão é *Peculiaridades*, contido no livro *Estados de Alma*, publicado em abril de 1917. Nele, seus versos cheios de erotismo e sensualismo, tão característico da escrita de Gilka Machado, nos faz compreender o motivo de escandalizar os senhores de "tão vibráteis escrúpulos":

Muitas vezes, a sós, eu me analiso e estudo, / os meus gostos crimino e busco, em vão torcê-los; / é incrível a paixão que me absorve por tudo / quanto é sedoso, suave ao tato: a coma... Os pelos... [...] E que prazer o meu! que prazer insensato!
/ — pela vista comer-te o pêcego do lábio, / e o pêcego comer apenas pelo tacto (MACHADO, 1917, p. 58).

⁵ Gazeta de Notícias, 05 de maio de 1917, p. 2.

O incômodo que causou a publicação dos poemas de Gilka Machado, ou a repercussão entre o público leitor, foi tamanha que o articulista estabelece uma terrível analogia entre “nossa linda Sapho” e “os indivíduos que ha todas as horas, nas nossas ruas, attentam com palavras e gestos, contra a moral publica”. Imaginando uma querela policial, o autor da nota reproduz um diálogo entre o infrator e o delegado, no qual o criminoso se utiliza dos argumentos usados pela escritora em favor de sua criação literária. Apresenta a “questão policial” a respeito da (i)moralidade nos seguintes termos:

– Sr. Delegado não nego ter feito uso, mas meu intuito era subjectivo. Desci ao mundo material para dar maior força a expressão... E a autoridade policial mandará em paz o prevaricador, porque haverá a seu favor o precedente de D. Gilka que faz a apologia do pecego dizendo:

“Toco-o, apalpo-o, acarinho
O seu carnal contorno”.

Sem ser incomodada pela policia(GAZETA DE NOTICIAS, 1917, p 2).

A referida retratação da *Gazeta de Noticias* ajuda a problematizar algumas noções e perceber como a trajetória de Gilka Machado foi/é significativa para a compreensão da organização social brasileira, caracterizada por sua matriz de opressão colonial, patriarcal, racista e cis-heterossexista, que legou à contemporaneidade a interseccionalidade de opressões, na qual as mulheres negras ocupam a base da hierarquia social em posição de subalternidade (COLLINS, 2019). Procuro agregar o conceito de *Interseccionalidade*, de Crenshaw (2002) – que o define como “os vários eixos de poder, isto é, raça, etnia, gênero, e classe constituem as avenidas que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos” – , aos estudos

de história e literatura para lançar luz às análises dos discursos produzidos *por e para* Gilka Machado.

A poetisa⁶ Gilka da Costa de Mello Machado trabalhava nuances entre questões políticas em seus escritos que circulavam em jornais do início da República e os seus poemas eróticos com representações dos comportamentos sociais, rompiam com os paradigmas masculinos na literatura.

Audre Lorde (2019) me permite pensar sua poética erótica como um ato político, um instrumento que reivindicava a emancipação física das mulheres, evocando o controle sobre seus corpos e seus desejos. Penso, a partir de Lorde, o erotismo de Gilka Machado como uma crítica ao patriarcalismo que ao mesmo tempo revela e indica experiências possíveis para as mulheres. Para ela, o poder da poesia em tornar as ações mais possíveis é associado a uma energia existente no interior das mulheres, arraigada na potência dos sentimentos que ainda não foram expressos. O erótico, segundo Lorde (2019, p. 67), é uma energia feminina, “uma fonte revigorante e provocativa para as mulheres”. De acordo, com essa escritora e pensadora feminista negra, “nosso conhecimento erótico nos empodera, torna-se uma lente através da qual esmiuçamos todos os aspectos da nossa existência, forçando-nos a avaliar cada um deles com honestidade e de acordo com seu significado relativo

⁶ Ainda que haja feministas que prefiram o termo “poeta”, ao longo do texto, utilizo o termo *poetisa* para me referir às escritoras de poesia no sentido político de feminilizar o “fazer” dessas mulheres. Há um movimento recorrente entre os estudos de gênero no sentido de feminilizar a linguagem com a utilização da vogal neutra na direção de eliminar o sexismo. Saffioti (2015, pp. 50-51) nos lembra que a língua é um fenômeno social sujeito a mudanças constantes e que, além da linguagem feminina e neutra, é importante a criação de novas palavras que “expurguem o sexismo”.

em nossa vida” (LORDE, 2019, p. 71). Assim, entramos “em contato com o que é feminino e autoafirmativo diante de uma sociedade racista, patriarcal e antierótica” (LORDE, 2019, p. 74).

No poema *Silencio*, publicado em 1917, percebe-se como Gilka Machado capta essa energia que existe no interior, o gozo intelectual que se abre à experiência satisfatória de escrever um poema e entrar em contato com seus diversos “eus”:

O silencio me diz muito mais, muito mais / do que todos os sons: diz-me aos ouvidos da alma; / nelle eu me sinto expansa, espalma, / elle, ás vezes, me traz
/ estranhos cabedais / dos quaes / disponho, / faz-me senhora do meu grande sonho, / dá-me a gosar, subjectivamente, / tudo quanto deseja a minha mente. [...] Ha no silencio a manifestação / de maguas / desconhecidas; ouve o silencio e sentirás, então, / que milhares de vidas / nessa mudez, gritam / em vão; / nelle descobrirás vozes perdidas / na fatal decepção / de não / serem ouvidas... (MACHADO, 1917, pp. 102-103)

A perspectiva epistemológica das feministas negras considera que a experiência da opressão sexista ocorre pela interseção das formas de dominação, assim, tais abordagens que priorizam essa noção têm a possibilidade de acessar múltiplas realidades localizadas nos mais variados grupos sociais historicamente excluídos. Segundo Lorde, o racismo, sexismo, discriminação etária, heterossexismo e classismo estão baseados em uma “crença na superioridade inata de uma raça sobre todas as outras [...] de um sexo sobre o outro e, assim, o direito à predominância”⁷. Logo, é a partir do seu “lugar-ser” no mundo que as relações sociais são estruturadas, ou seja, sobre as diferentes formas da experiência de ser mulher

⁷ Audre Lorde, Op. Cit. p. 144-145.

(vivida através do gênero), de ser negra (vivida através da raça) e de ser pobre (vivida pela classe).⁸ Entender os condicionantes da subalternidade feminina, a partir do conceito de interseccionalidade, é perceber que os direitos e as liberdades são vivenciados de forma heterogênea por diferentes mulheres. Enquanto umas gozam de nítidos privilégios, outras delas são profundamente marcadas pelo preconceito e pela exclusão.

Referências

COLLINS, Patrícia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. In: *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, 2002.

DAL FARRA, Maria Lucia. Gilka, a Maldita. In: *Teresa, Revista de Literatura Brasileira*, n. 15. São Paulo: USP. 2015

_____. Gilka – a mulher proibida. In: MACHADO, Gilka. *Poesia completa*. (org.). Jamyle Rkin. São Paulo: V. de Moura Mendonça – Livros, 2017.

GOMES, Ângela de Castro. Essa gente do Rio... os intelectuais cariocas e o modernismo. In: *Estudos históricos*, v. 6, n. 11, Rio de Janeiro, 1993.

GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos. Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma delimitação do objeto de estudo. In: GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos (Orgs.). *Intelectuais Mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

HOOKS, Bell. Intelectuais Negras. In: *Revista Estudos Feministas*, v. 3, n. 2, 1995, p. 454-478. Disponível em:

⁸ Luiza Bairos, Nossos feminismos revisitados, Estudos Feministas n2, 1995.

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465>>. Acesso em: 24 jul. 2019.

LORDE, Audre. *Irmã outsider: ensaios e conferências*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MACHADO, Gilka. *Estados de Alma*. Riode Janeiro: Oficinas Graphicas da Revista Tribunaes, 1917.

_____. Dados biográficos de Gilka Machado, In: *Poesias Completas*, Cátedra, INL. Rio de Janeiro; Brasília, 1978.

_____. *Poesias Completas*. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial: FUNARJ, 1991.

MOREIRA, Josinéia Chaves. *GILKA MACHADO: "MULHER-SERPENTE-POEMA"*. Dissertação (Mestrado em Literatura e Cultura), Bahia: Universidade Federal da Bahia, 2016.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: René Rémond (org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.